

# Polícia Civil e Procon Estadual combatem venda de cigarros eletrônicos em Cuiabá e Várzea Grande

[pnbonline.com.br/policia-realiza-operacao-contracomercio-ilegal-de-cigarros-eletronicos-em-cuiaba-e-vg/](https://pnbonline.com.br/policia-realiza-operacao-contracomercio-ilegal-de-cigarros-eletronicos-em-cuiaba-e-vg/)

11 de novembro de 2024

A Polícia Civil de Mato Grosso e o Procon Estadual deflagraram, na manhã desta segunda-feira (11), a Operação Não Pod para combater a venda de dispositivos eletrônicos para fumo, como vapers e pods, em Cuiabá e Várzea Grande. A ação resultou na apreensão de centenas de cigarros eletrônicos, essências e acessórios, além da prisão em flagrante de quatro pessoas envolvidas na comercialização dos produtos.

Durante as investigações, foram identificadas cinco lojas em Cuiabá e uma em Várzea Grande que vendiam esses dispositivos, apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibir, desde 2009, a comercialização, importação e propaganda de qualquer dispositivo eletrônico para fumar no Brasil.

As fiscalizações ocorreram em conjunto com equipes de diferentes delegacias especializadas, incluindo a Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedica) e a Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Cuiabá (Derf). A Gerência de Operações Especiais (GOE) também deu suporte à ação.

De acordo com o delegado Rogério Ferreira, titular da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor (Decon), foram instaurados inquéritos policiais para investigar os proprietários e gerentes das lojas. “Os responsáveis pela venda ilegal responderão por crime contra as relações de consumo, com pena de prisão de até cinco anos e multa, e as empresas foram autuadas administrativamente pelo Procon Estadual”, afirmou.

Apesar de populares entre jovens, especialmente os modelos descartáveis e de sabores adocicados, cigarros eletrônicos trazem sérios riscos à saúde. Pesquisa do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) aponta que esses dispositivos podem conter até 57 mg de nicotina por ml, comparado a apenas 1 mg no cigarro convencional. Outro estudo, da Universidade John Hopkins, revelou que esses aparelhos abrigam milhares de substâncias químicas não declaradas, incluindo compostos tóxicos e cancerígenos.

A Operação Não Pod, como foi batizada, remete à proibição desses dispositivos pela Anvisa. Denúncias sobre o comércio irregular de cigarros eletrônicos podem ser feitas diretamente na Delegacia de Defesa do Consumidor em Cuiabá ou pelos canais de atendimento da Polícia Civil.